

27 SET 1986

A CNBB e a Constituinte

ESTADO DE SÃO PAULO

GLADSTONE CHAVES DE MELO

A não ser os desinformados por princípio, ninguém ignora que o Episcopado Brasileiro está profundamente dividido. Há nele um grupo bastante numeroso, autodenominado *progressista* (talvez porque tenha regredido ao *politique d'abord* de Charles Maurras); há, também numerosos, os chamados conservadores (porque querem conservar intacta a Doutrina, a Moral, a Liturgia e a Disciplina da Igreja); e há, talvez mais numerosos, os que se poderiam rotular de *supermarxistas* (porque querem, a cômodo, ver passar a proclamação, sem se comprometerem com A ou B). O caso do ex-bispo de Campos é isolado, cismático e insignificante.

Cristo, num dos mais altos momentos de Sua Vida, no Sermão da Ceia, rogou ao Pai que Seus discípulos fossem unidíssimos na fidelidade à transcendência da Boa Nova: *ut unus sint*. Por isso, entre as notas definidoras da Igreja, figura em primeiro lugar a unidade. Recitando o Credo, os fiéis dizem: "Creio na Igreja *una*, santa, católica e apostólica".

Também por isso, o demônio (que existe realmente, e não como figura de Retórica) sempre se aplicou a fundo em tentar destruir a unidade da Igreja, ele, o pai da mentira, o divisionista, o que "foi homicida desde o princípio", o que, anjo saído das mãos de Deus, se perdeu, porque não quis obedecer: *non serviam*.

Não seja esquecido que, até entre os apóstolos, antes ainda da morte de Jesus, Satanás conseguiu um ouvinte na pessoa de Judas, que traiu o Mestre e O entregou por trinta dinheiros. Ora, se assim foi, logo nos primórdios, que não seria nestes vinte séculos de história da Igreja! De fato, nunca faltaram defecções, deserções, cismas, heresias. Nunca faltaram ouvintes ao Tentador,

nunca faltaram, aqui e ali, proclamantes do *non serviam*.

A par disso, todas as vezes em que percebe iminente uma ruptura, o Papa, Vigário de Cristo e sucessor de Pedro, paternal, patético, ou animado de sagrado furor, relembra o *ut unus sint*.

É o que tem feito ultimamente, com o maior empenho, João Paulo II. Ele, como se de nada soubesse a respeito das contestações na Holanda, no Brasil, na América Espanhola ou nos Estados Unidos, apela insistentemente para a unidade. Mais: verificando que não poucos bispos em todos os quadrantes vêm substituindo a evangelização pela politização (*politique d'abord...*), semanalmente, às quartas-feiras, na Praça de S. Pedro, toma a palavra para ensinar catecismo. Sim, catecismo. Fala do pecado, da Graça, da salvação, da eterna perdição, do céu, do purgatório, do inferno, da indissolubilidade e da santidade do matrimônio da castidade. Denuncia como crime infando o aborto, repete a condenação dos anticoncepcionais, verbera a imoralidade, a licenciosidade, o permissivismo moral, a dissolução da família, a degradação da mulher, o ateísmo prático dos nossos tempos.

Não obstante, para muitos clérigos só há um pecado, a injustiça social, causada pelas "estruturas", isto é, por uma abstração. E, conseqüência, só existe um programa de "apostolado": destruir as presentes estruturas e substituí-las por outras. Porque elas é que encarnam o mal supremo. Mudadas, mudarão os homens, pois, como o ensina o maior profeta dos nossos tempos, Karl Marx, a conversão só pode vir de fora mecanicamente. O resto é fantasia, é utopia, é desconversa, é esperar por D. Sebastião.

Esta, nas grandes linhas, a crise maior que se abateu sobre a chamada "Igreja do Terceiro Mundo".

O último Concílio Ecumênico, reunido na cidade-Estado do Vaticano entre 1963 e 1965, instituiu as Conferências Episcopais, entidade puramente eclesial e, portanto, modificável ou suprimível a qualquer momento pela autoridade maior, o Romano Pontífice.

No Brasil, como é sabido, a CNBB organizou-se em termos de "estrutura de poder": montou uma bem-travada máquina burocrática, com tentáculos e braços estendidos por todo o País, enquanto sua cúpula, há vinte anos consuetudinada pelos mesmos homens, se deixa passar como "voz da Igreja", a pronunciar-se imodesta sobre mil assuntos, principalmente os políticos (*politique d'abord*).

Muito importante é distinguir, na entidade, entre o plenário, formado por todos os bispos do Brasil e que só se reúne uma vez por ano, durante dez dias, logo em seguida à Páscoa — e a "Comissão Permanente", a dita cúpula que fala por todos durante o ano todo e sobre quase todos os assuntos levantados pela imprensa. Já tem até um organismo cinematográfico, que conferiu o prêmio "Bezzerro de Ouro" a um filme exclusivamente político e claramente tendencioso, chamado *Jango*.

Diziam os velhos romanos que *senatores boni viri, senatus autem mala bestia* (em linguagem: "os senadores são bons sujeitos, mas o senado é uma calamidade"). Isto, para sublinhar a tendência à deterioração de que padecem os órgãos colegiados, tanta vez solertemente conduzidos por espetalhões, que intimidam os resistentes e animam os amorfos, abrigados estes na diluição da responsabilidade pessoal.

Estas atabalhoadas considerações aqui foram postas como fastidiosa introdução à matéria deste artigo.

Na última reunião abrilhanta da Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil foi discutido, e finalmente aprovado (sabe Deus como), um longo documento sobre as exigências cristãs na futura Carta Magna que os constituintes de 15 de novembro próximo vão elaborar para, supostamente, reger por alguns anos os destinos políticos do País.

O estirado pronunciamento já foi objeto de uma apreciação do jurista Miguel Reale (cf. Folha de S. Paulo, 28.4.86, p. 3), que, não sendo católico, pôde, sem cerimônia e com todo o desembaraço, criticar o desembaraço dos Senhores Bispos: choveram no molhado e sugeriram medidas por outros já encaminhadas à Comissão Afonso Arinos, sem falar na, digamos, ingenuidade de pretenderem democracia direta com se ouvir todo o "povo" e com apenas se limitar a pôr em escrito o que este ser abstrato e ambíguo reclamar.

Muito outra é a minha posição a respeito. Não sou jurista e sou católico, graças a Deus, de nascimento e de constante preocupação com a ortodoxia e o rigor da doutrina.

Sei, portanto, que o documento episcopal não goza de infalibilidade e que, por ser de autoria múltipla, pode agasalhar coisas surpreendentes e até incômodas.

Penso na aflição dos bispos conservadores (da Fé, da Moral, da Liturgia, da Disciplina), que ficaram reduzidos ao posterior silêncio, para não denunciarem publicamente a dissensão reinante na Conferência. Eles estão certos de que assim devem conduzir-se, mas um amigo meu, católico e desabusado, considera isto "superstição da unidade".

Com a latitude, talvez maior, que tem um leigo, explicitamente concedida pelo Vaticano II (cf. *Lumen gentium*, n° 37) e reverenciando em cada um dos Senhores Bispos a plenitude do caráter sacerdotal,

tomo a liberdade de manifestar minha estranheza ante três pontos insertos no documento de Itaici.

1. Em o número 57, dizem Suas Excelências que a "pena de morte é injustificável dentro de uma visão (sic) mais abrangente da condição humana (sic)".

Ora, o que a gente vê em todos os tratados e compêndios de Teologia Moral e até nos simples catecismos é precisamente a justificação da pena de morte, como útil ao bem-comum, nos casos de crimes particularmente graves. A conveniência desse castigo é outra história: depende das circunstâncias, do envolvimento cultural, da índole do povo, da multiplicação da violência ao Direito. Aliás, se os redatores do manifesto viajassem de ônibus no Rio de Janeiro, por exemplo, se espantariam com o constante reclamo da pena máxima, por parte do cidadão obscuro e anônimo, indignado e apavorado com a escalada do crime, agora cotidiano, rotineiro e onipresente.

2. No item 118 advogam os Senhores Bispos a inclusão, no texto constitucional, do direito de greve "também para os trabalhadores nos serviços essenciais para a (sic) vida da sociedade".

Confusos e paralisados ficam os católicos da velha guarda e os verdadeiros democratas, nem liberais nem demagógicos. Perguntam uns aos outros: onde fica o bem-comum, critério primeiro e último de toda ética social e política? Quanta gente morreria por causa de uma greve nos serviços de eletricidade, por exemplo? Nem é preciso formular hipóteses: na greve dos ferroviários, desencadeada poucos dias depois de ser conhecida a "orientação pastoral" itaiciana, os grandes prejudicados foram exatamente os mais pobres, foram os que não podem ir de ônibus para o trabalho, os sopapeados e pisoteados no assalto às conduções de emergência postas pelo governo à

disposição das vítimas. Pelo contrário, nada sofreram os remediados e ricos, que simplesmente utilizaram seus próprios automóveis, luxuosos ou banais.

3. No item 67, os Excelentíssimos Senhores Bispos declaram, para extrema turbação dos católicos natos e amadurecidos na Igreja, que "cada cidadão ou cada grupo de cidadãos goza de plena liberdade de abraçar ou deixar de abraçar uma religião".

Aristóteles, muito anterior ao Cristianismo (pois floresceu no Século de Péricles), sentenciou que "o homem é um animal religioso". A História mostra e a experiência não-lo confirma: negado ou desprezado o Deus verdadeiro, o homem imediatamente adora outro deus, o poder, o dinheiro, o prazer ou a si mesmo.

Tais católicos instruídos nas exigências de sua Fé, pasmados, identificam no aserto a consagração do indiferentismo religioso, tantas vezes condenado pelos Papas, como Gregório XVI, na Encíclica *Mirarivos* (n° 9); como Leão XIII, na belíssima *Immortale Dei* (n° 37); ou como Pio IX, no famoso *Syllabus* (n° 15 e 16).

O que o Concílio Vaticano II lembrou foi que ninguém pode ser forçado a abraçar a Fé católica, nem pode ser impedido de procurar, de alma toda, a verdade religiosa. Já estava isto em Santo Agostinho e, nos dias atuais, é reivindicação da Igreja contra a insuportável tirania dos Estados totalitários, que querem assenhorear-se até da consciência moral do cidadão.

Estas minhas perplexidades de católico de nascimento e esclarecido na Fé, tenho certeza que são as de muitíssimos outros, são de centenas de padres ainda observantes, e coincidem com o duro constrangimento de muitos bispos conservadores, que aprovaram de roldão e no apagar das luzes um documento de cuja textura não participaram e cujo detido exame lhes escapou. *Senatores boni viri...*